

O USO DA CATEGORIA GÊNERO NA HISTÓRIA DAS MULHERES CAMPONESAS NO BRASIL: UMA FERRAMENTA NECESSÁRIA

Losandro Antonio Tedeschi¹
Universidade Federal da Grande Dourados

Resumo

Este artigo analisa as funções e os papéis sociais instituídos pela história às mulheres camponesas e os processos de reprodução e transformação sócio-culturais pelos quais estão passando, levando-nos a afirmar que as identidades humanas são construídas ao longo da vida, pelos significados que os grupos sociais alimentam em seus contextos culturais.

Palavras chave: história das mulheres, relações de gênero, papéis sociais, identidades.

Abstract

This article examines the functions and roles established by the social history of women peasant and the processes of reproduction and socio-cultural transformation by which they are passing, leading us to say that the human identities are built throughout life, the meanings that groups social feeding in their cultural contexts.

Keywords: history of women, gender relations, social roles, identities.

¹Doutor em História Latino-Americana, pesquisador em História das Mulheres, Gênero, Interculturalidade e Memória. Membro da REPEM, Red Educación Popular entre Mujeres en la América Latina. Professor da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD, e coordenador do Laboratório de Estudos de Gênero, História e Interculturalidade, LEGHI. E-mail: losandrotedeschi@ufgd.edu.br

1. A categoria gênero e a historiografia

Michelle Perrot afirma que muitas dificuldades se apresentam para quem ousa enveredar pelos estudos das mulheres, pois se trata de um terreno *minado de incertezas, saturado de controvérsias movediças, pontuado de ambigüidades sutis*. Ao referir-se aos estudos relativos à temática feminina e à história das mulheres nas sociedades ocidentais, salienta que:

*(...) não existiram para o espaço público (...) As mulheres agricultoras ou de artesãos, cujo papel econômico era considerável, não são recenseadas, e seu trabalho, confundido com as tarefas domésticas e auxiliares, torna-se assim invisível. Em suma, as mulheres 'não contam'. E existe aí muito mais do que uma simples advertência.*²

Foi considerando as incertezas, controvérsias e ambigüidades acima mencionadas, que julgo importante dedicar este espaço à discussão teórica de alguns aspectos relativos ao estudo da participação das mulheres camponesas nos espaços públicos como protagonistas de sua história.

A primeira dificuldade que o historiador precisa enfrentar, quando se dedica ao estudo da história das mulheres, decorre do que se pode denominar de “natureza masculina” ou androcentrismo da História, que tem levado ao ocultamento do papel desempenhado pelas mulheres na sociedade.

São muitos os autores que têm salientado a invisibilidade na história imposta às mulheres. George Duby e Michelle Perrot, por exemplo, perguntam:

Escrever a história das mulheres? Durante muito tempo foi uma questão incongruente ou ausente. Voltadas ao silêncio da reprodução materna e doméstica, na sombra da domesticidade que não merece ser quantificada nem narrada, terão mesmo as mulheres

² PERROT, Michele. *As mulheres ou os silêncios da história*. SP: EDUSC, Coleção História, Bauru, 2005, p. 11.

*uma história?*³

As contribuições que os estudos de gênero nos últimos tempos têm dado à historiografia contemporânea são inquestionáveis, pois, além de tirarem as mulheres da invisibilidade no passado, colocam um conjunto de questões-reflexões metodológicas importantes. Por exemplo, as universalidades do discurso historiográfico, que possibilitam o crescimento da história das diferenças e a valorização do relacional na análise. Essas pesquisas também apontam à necessidade de se historicizar os conceitos e categorias analíticas, aceitando a sua própria instabilidade como aliada na subjetividade crítica do historiador, levando-o a enfrentar o desafio de captar as transições do individual para a subjetividade como experiência social diante da presença de práticas culturais vinculadas à masculinidade hegemônica.

O uso do gênero, enquanto categoria de análise na historiografia, é recente e tenta estabelecer compreensões teóricas acerca dos questionamentos que emergem das esteiras das práticas políticas que marcam o percurso de alguns movimentos sociais, sobretudo, o feminista, trazendo para a cena política um amplo questionamento e debates sobre posturas e comportamentos que, tradicionalmente, vinham sendo adotados como explicações “naturais” para atitudes discriminadoras e práticas políticas de dominação e submissão. Como define Scott, o gênero é empregado para designar as relações sociais entre os sexos:

*Uma maneira de indicar ‘construções sociais’ – a criação inteiramente social de idéias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre o corpo sexuado.*⁴

Essa compreensão de gênero como uma construção tem como base aspectos sociais,

³ DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das Mulheres no Ocidente. A Antiguidade*. Vol. 1, Edições Afrontamento, Porto, 1990, p. 7.

⁴ *Ibidem*. P. 7.

culturais, econômicos, políticos, psicológicos, o que amplia as possibilidades das abordagens históricas, trazendo para a discussão dois aspectos importantes: um deles, a íntima vinculação do gênero com as relações de poder, e o outro, a definição de gênero enquanto representação, que servirá como ferramenta de análise. Tanto um como o outro não podem ser admitidos ou mensurados como elementos separados, estanques, divorciados, mas constitutivos de realidades e eventos historicamente situados.

O gênero é então um meio de decodificar o sentido de compreender as relações complexas entre as diversas formas de interação humana. Quando as (os) historiadoras (es) buscam encontrar as maneiras pelas quais o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, elas (eles) começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as maneiras particulares e situadas dentro de contextos específicos, pelas quais a política constrói o gênero e o gênero constrói a política.

No que se refere a esse aspecto, não é diferente o posicionamento de Gisela Bock:

*A percepção do gênero como uma relação complexa e sociocultural implica que a ação de rastrear as mulheres na História não é simplesmente uma busca de certo aspecto antes esquecido; é mais um problema de relações entre seres e grupos humanos que antes haviam sido omitidas.*⁵

Outro aspecto salientado por Scott é que o uso da categoria “gênero” também indica a rejeição às explicações a partir do “determinismo biológico implícito, no uso dos termos sexo ou diferença sexual” e introduz a ideia de que a desigualdade entre homens e mulheres é “socialmente construída” através da atribuição, a ambos, de papéis diferenciados e hierarquizados.⁶

Sua definição de “gênero” compõe-se de alguns elementos que, segundo ela, estão

⁵ BOCK, Gisela. “La historia de las mujeres y la historia de género: aspectos de un debate internacional”, *Historia Social. Barcelona*, nº 9, 1991, p. 68.

ligados entre si, mas deveriam ser distinguidos na análise:

*O núcleo essencial da definição repousa sobre a relação fundamental entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre dois sexos e um primeiro modo de dar significado às relações de poder.*⁷

Scott afirma que as mudanças na organização das relações sociais sempre influenciaram as relações de poder, mas essas mudanças não seguem um único sentido. Para ela, como elemento constitutivo das relações sociais, fundadas sobre diferenças percebidas, o “gênero” implica quatro elementos:

*1. Os símbolos culturalmente disponíveis evocam representações simbólicas (e com frequência contraditórias: Eva e Maria como símbolo da mulher; 2. Os conceitos normativos põem em evidência as interpretações do sentido dos símbolos, que se esforçam para limitar e conter suas possibilidades metafóricas; 3. O desafio da nova pesquisa histórica é fazer explodir essa noção de fixidez e descobrir a natureza do debate que produzem a aparência de uma permanência eterna na representação binária de gênero; 4. As (os) historiadoras (es) (...) devem examinar as maneiras pelas quais as identidades de gênero são realmente construídas.*⁸

A incorporação da categoria gênero na historiografia possibilitou entender que as relações de poder, justificaram a desigualdade entre homens e mulheres, como oriunda de relações de dominação e subordinação. Scott já chamara atenção para o fato de que o poder das mulheres tende sempre a ser percebido como manipulador, como disruptor das relações sociais, como ilegítimo, como fora do lugar e como pouco importante, no sentido de inferiorizar sua atuação no conjunto da sociedade.

⁶ SCOTT, Joan. “Gênero, uma categoria útil de análise histórica”, *Revista Educação e Realidade*, v. 20, UFRGS, 1995, p. 13.

⁷ *Ibidem*. P. 14.

A construção do conceito de poder⁹ na História das Mulheres está diretamente vinculada a uma representação masculina sobre o mesmo. As mulheres sempre foram representadas como portadoras de “poderes” restritos ao campo da vida privada, cujo significado desses poderes esteve associado aos seus atributos biológicos.

Na acepção foucaultiana, o poder não só não é imposto de cima para baixo como também é algo complexo, difuso. Em se tratando de uma relação de poder –como nas relações de gênero no meio rural– pode ser observada em dois sentidos: a sua capacidade de afetar exercício do poder, e sua capacidade de ser afetado, provocando resistência. Resistência e relações de poder estão implicados em uma relação dialética, na qual um é o outro necessário da relação. Segundo Foucault,¹⁰ a resistência é a força superior às demais, já que são os seus efeitos que provocam mudanças nas relações de poder.

Quando analisamos as histórias de trabalho das mulheres no campo, compreendemos que ele possui um significado ativo de esforço afirmado e desejado, para a realização de objetivos. Trabalho é o esforço e o seu resultado. O trabalho aparece cada vez mais nítido quanto mais claro for a sua intenção e a divisão de seu esforço.

Hannah Arendt, analisando o sentido do termo *labor*,¹¹ salienta que a divisão do *labor* acabou criando espaços de não-resistência entre o privado e o político. O mundo privado, da família, não construiu o acesso ao político, perdendo a capacidade de ação e de discurso. Isso

⁸ *Ibidem*. P. 14-15.

⁹ Compartilho do conceito de poder explicitado por Michel Foucault, em que “*o poder é uma relação de forças, só pode existir na relação entre seu exercício e a resistência a ele, em contínua tensão. O poder constitui, atravessa, produz os sujeitos (...). As relações de poder suscitam necessariamente, apelam a cada instante, abrem a possibilidade de uma resistência real que o poder daquele que domina tenta se manter com mais força, tanto mais astúcia, quanto maior for a resistência (...). As relações de poder existem um homem e uma mulher, entre aquele que sabe e aquele que não sabe, entre os pais e a criança, na família. Queria fazer aparecer que essas relações de poder utilizam métodos e técnicas muito, muito diferentes uma das outras, segundo a época e segundo os níveis*”. FOUCAULT, Michel. *Estratégias, poder-saber*. Coleção Ditos e Escritos (IV), Forense Universitária, Rio de Janeiro, 2003, pp. 231-232.

¹⁰ *Ibidem*. P. 234.

¹¹ Labor é aquele trabalho do corpo humano pela sobrevivência, o processo biológico do corpo humano. A condição humana do labor é a própria vida: como exemplo de labor, temos o camponês sobre o arado, no trabalho da terra, ou o da mulher no parto. Segundo Hannah Arendt, há uma dose de passividade nessa atividade humana: a submissão aos ritmos da natureza, às forças incontroláveis da biologia. Ver: ARENDT, Hannah. A

levou a uma desnaturalização da concepção de *labor* visto como não-dinâmico, do esforço rotineiro e cansativo, tendo como o único objetivo a sobrevivência. Em sua argumentação, faz uma distinção entre trabalho (que acrescenta objetos duráveis ao artifício humano), que é próprio ao *homo faber*, e *labor* (tarefas que cuidam da reprodução da vida e que não deixam vestígios), atividade do animal *laborans*.

A tradição ocidental judaico-cristã incorpora essa concepção e o trabalho feminino (doméstico = privado) passa a ser entendido como labor da/na casa, o serviço da família, que se realiza exclusivamente no âmbito privado e como esforço isolado, condição da “natureza”, como não-produtivo.

A análise de Badinter¹² vai ao encontro dessa concepção, quando afirma que a afirmação dessa compreensão de trabalho ocorre a partir da distinção de papéis sexuais e da divisão sexual de tarefas na família nucleada. A mulher é responsável pela vida doméstica, poupando o homem dos problemas presentes no cotidiano familiar. E o homem, com a vida voltada para o mundo público, deve proteger a mulher dos “complicados” problemas do mundo fora de casa, dos bancos, do empréstimo para a lavoura, da cooperativa, para que ela possa ter melhor desempenho em seu trabalho no lar.

A argumentação que usa a “natureza” para justificar a divisão sexual do trabalho traz implícita uma diferenciação que está na formação cultural de homens e mulheres, nas representações, nas imagens que se fazem do masculino e feminino. A imagem do feminino está ligada aos afazeres domésticos, sem visibilidade, enquanto que aos homens são destinadas funções mais qualificadas e mais valorizadas no espaço público.

Além de tais tarefas, as mulheres também são responsáveis pela formação de uma nova

condição humana. Forense, São Paulo, 1989, p. 213.

¹² BADINTER, Elizabeth. *Um é o outro: relações entre homens e mulheres*. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1986, p. 273.

geração de trabalhadores, que garantirá a reprodução do modo de produção.¹³ Essa atribuição do sexo feminino inclui a gravidez, o parto e a amamentação, funções para as quais a mulher está biologicamente preparada. A essas funções biológicas, acrescentam-se tarefas que são culturalmente impostas, mas que são encaradas como exclusivas do sexo feminino. Aí se incluem o preparo dos alimentos, a limpeza da casa, o cuidado com as roupas e a proteção dos filhos.¹⁴ Tais tarefas são definidas pela psicóloga norte-americana Nancy Chodorow¹⁵ como “maternagem” e são resultados de imposições culturais.

Essas tarefas executadas pelas mulheres foram na história pouco valorizadas e permaneceram quase invisíveis.¹⁶ Estudos realizados por Joan W. Scott comprovaram que os membros da família, no decorrer da história, tinham tarefas definidas de acordo com a idade, sexo ou posição na estrutura familiar. As representações construídas por essa definição de trabalho, a partir da modernidade, provocaram *uma divisão sexual da mão-de-obra no mercado de trabalho, reunindo as mulheres em certas atividades, colocando-as sempre abaixo na hierarquia profissional e estabelecendo salários a níveis insuficientes para sua subsistência.*¹⁷

O imaginário social tornou a divisão do trabalho natural e a explicou como decorrente das características biológicas de cada sexo. Além disso, fez com que: *a casa, unidade natural de produção e consumo, e a família, grupo de pessoas ligadas por laços afetivos e*

¹³ Entendo modo de produção como “a produção da vida material que determina o caráter geral do processo da vida social, política e espiritual (...) O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade – a base real sobre a qual se ergue a superestrutura jurídica e política e à qual se correspondem determinadas formas de consciência social”. Ver: MARX, Karl. *Prefácio à contribuição à crítica da economia política de 1859*, Nova Cultural, São Paulo, 1996, p. 26.

¹⁴ BRUSCHINI, M. Cristina e ROSEMBERG, Fúlvia. *Trabalhadoras do Brasil*. Brasiliense, São Paulo, 1982. p. 9.

¹⁵ CHODOROW, Nancy. “Estrutura familiar e personalidade feminina”. In: ROSALDO, M.Z e LAMPHERE, L. (Orgs). *A mulher, a cultura e a sociedade*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.

¹⁶ Ver Hannah ARENDT em: *A Condição Humana*, quando afirma, que *o poder só é efetivado quando a palavra e o ato não se divorciam; é com as palavras e os atos que nos tornamos visíveis na esfera pública, no mundo humano*. Por isso, o trabalho feminino “portas adentro” não expressa essa unidade do discurso e do ato; não se tornando visível, não existe. Op. Cit. p. 212.

¹⁷ SCOTT, Joan. “História das Mulheres”, in: BURKE, Peter (Org.) *A escrita da história*. Novas perspectivas, UNESP, São Paulo, 1992, p.73.

*psicológicos, passassem a significar a mesma coisa.*¹⁸ Tanto homens como mulheres foram convencidos de que aos primeiros cabia prover a existência natural da família e, às segundas, “devido à sua natureza”, deviam gerar filhos, cuidá-los ao longo da vida e encarregar-se das diferentes tarefas domésticas.

A divisão sexual do trabalho condiciona formas diferenciadas de inserção social para homens e mulheres, existindo uma identificação cultural entre atividades e papéis para cada um dos sexos. Às mulheres correspondem atividades de reprodução social da família; aos homens corresponde a função de provedor das necessidades materiais do grupo. Numa sociedade onde prevalecem a ordem mercantil e a cultura patriarcal definidora dos papéis de gênero, a identidade feminina supõe uma posição subordinada e dependente em relação ao homem, obedecendo à hierarquia de poder estabelecida. Além disso, os espaços a serem ocupados por cada um também são definidos a partir disso, correspondendo ao homem o local público e de produção; à mulher a esfera privada ou doméstica.

A figura do pai como representação principal na história das mulheres camponesas reflete a cultura que secularmente elegeu o masculino como responsável pelo exercício das atividades desenvolvidas “fora do espaço da casa”, uma vez que o âmbito de trabalho “da casa” é o “lugar da mulher”. No geral, essa prática existe, mesmo quando a participação da mulher no mundo do trabalho é cada vez mais crescente, porém invisibilizada por essas representações. Tudo isso reafirma a tradicional divisão sexual do trabalho, delegando à mulher papéis culturais específicos: servir, cuidar e nutrir.

2. A família e as atribuições das mulheres na historiografia camponesa: maternidade e domesticidade

¹⁸ BRUSCHINI, M. Cristina e ROSEMBERG, Fúlvia. Op. cit., p. 10.

Segundo Anderson e Zinsser,¹⁹ até aproximadamente o final do século XVIII, 90% das mulheres europeias viviam no campo, atreladas ao lar, aos afazeres domésticos, obedientes ao marido e à Igreja. Mesmo com as mudanças que ocorriam nas relações de trabalho e na vida social, devido à Revolução Industrial, as funções e papéis sociais impostos às mulheres camponesas continuavam intocáveis.

O núcleo familiar camponês – a sua institucionalização – ocorria a partir do casamento. A mulher passava então a desempenhar suas funções de mãe e trabalhadora ao lado do marido. A sua força de trabalho não era reconhecida como geradora de renda – por mais que muitas vezes mantivesse o núcleo familiar, mas somente como trabalho complementar do marido.²⁰

A “naturalização” do privado,²¹ do doméstico, limitou a mulher ao lar, mas lhe outorgou uma nova forma de poder, não sobre o espaço público, mas sobre o privado. O significado da maternidade, conferido pelo discurso moral católico, apesar de ser simbólico, não foi menos opressivo,²² elevando a mulher à condição de “rainha do lar” e atribuindo-lhe funções, sejam elas fisiológicas ou familiares, transformando o espaço doméstico num local de controle do discurso masculino (medicina, psiquiatria, pedagogia, religião).²³

¹⁹ ANDERSON, Bonnie; ZINSSER, Judith. *História de las mujeres. Una história própria*. Vol 1, Crítica, Barcelona, 2000, p.112.

²⁰ As representações sociais sobre os papéis femininos perpassaram séculos e ainda estão presentes no meio rural em relação às atividades femininas. Ver: TEDESCHI, Losandro Antonio. *Do silêncio à palavra: construções e perspectivas em gênero no meio rural do noroeste do Rio Grande do Sul*. Dissertação de mestrado: São Leopoldo, UNISINOS, 2002.

²¹ A mulher limitada ao espaço privado, como um espaço natural, significou a privação dela das relações com os outros, da construção do mundo, da existência política. Assim, a interação com o mundo torna-se limitada, e, ao mesmo tempo, dependente de outras pessoas, como, por exemplo, o marido e os filhos. Cf. ARENDT, Hannah. *A condição...*, op. cit. p.19.

²² BOURDIEU. *O poder simbólico*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2000, p. 78.

²³ O discurso da Igreja cria certezas, concepções e um imaginário social sobre as mulheres, levando a própria Igreja a viver de recusas sobre a convivência com as mulheres, impondo um estatuto de celibato e castidade a seus clérigos. A identidade feminina gestada pela Igreja impôs um vasto ‘corpo’ de modelos de comportamento, exortando-as à prática da virtude, à obediência ao silêncio e à imobilidade em nome de uma ética católica muito parcial. Entender as práticas e os discursos femininos de hoje em certos grupos, como, por exemplo, entre as mulheres rurais, é nada mais do que buscar entender essas estratégias concretas que se inscreveram, pela moral católica, no imaginário feminino. O destino biológico das mulheres, fundamentado pela tradição judaico-cristã vai marcar decisivamente um pensamento e uma prática voltados à inferiorização da mulher. Ver: KRISTEVA, Julia; CLEMENT, Catherine. *O feminino e o sagrado*. Rocco, Rio de Janeiro, 2001.

O patriarcado²⁴ dá à mulher um tipo de poder que não gera visibilidade e *status* social, mantendo-a ligada ao espaço doméstico. O papel da mãe passa, então, a ser determinante para a atuação boa ou má de seus filhos. E a função materna passa a ser normatizada pelos modelos, olhares e práticas discursivas do patriarcado. Esse “modelo”, com ênfase na maternidade, acabou também por excluí-la da política,²⁵ levando-a a ser:

*Corpos consignados à Igreja e à família: virgens não maculadas completamente dedicadas à vida da alma, mulheres fecundas que garantem a continuidade do núcleo familiar, viúvas capazes de esquecerem as exigências causais para viverem a vida do espírito.*²⁶

No período moderno, a casa passa a ser o espaço privado de fato da mulher e, desta forma, é afastada da vida pública e da comunidade. Para a mulher que se mantém nos limites da casa, sua vida passa a ser o cumprimento de tarefas e compromissos exigidos pela sociedade.

O consentimento feminino reforça a construção deste espaço interno, fechado, vigiado, em contraposição a um espaço aberto, externo, no qual o homem se coloca livremente. Estabelecem então duas atividades fundamentais: a produção, tarefa do homem, e a conservação, tarefa tipicamente feminina, levando o homem e a mulher do campo a desempenharem papéis “naturais”, tendo em vista o bem comum.²⁷

No mundo do lar, da casa, a mulher fia, tece, trata e limpa, ocupa-se dos animais domésticos, assume os deveres da hospitalidade, do acolhimento, dos amigos do marido, do

²⁴ As relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder, contaminam toda a sociedade, pois o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna o Estado. É uma ideologia que tornou natural a dominação-exploração, através do direito patriarcal sobre as mulheres. SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2004, p. 56. Sobre o conceito ver também: PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1993.

²⁵ A luta pelo reconhecimento dos papéis sociais que a maternidade desempenha na sociedade foi uma das primeiras ferramentas de reivindicação à cidadania pelas feministas na história. Ver: SCOTT, Joan. *Cidadã paradoxal. As feministas francesas e os direitos do homem*. Editora Mulheres, Florianópolis, 2002, p. 70-71.

²⁶ CASAGRANDE, Carla. *Da natureza feminina. As normas de controle*. In: DUBY, George e PERROT, Michelle. *História das mulheres. A Idade Média*. Vol. II. Afrontamento, Porto, 1989, p.116.

²⁷ Nas atividades econômicas da mulher rural, a permanência dessa desvalorização da mão-de-obra feminina é

zelo com os filhos.

Mas, mesmo os afazeres da casa não são para a mulher uma “atividade” que ela possa desenvolver com autonomia. Uma das matrizes desse discurso, que invisibiliza o trabalho da mulher, reside na fundamentação filosófica²⁸ que legitimou, no decorrer da história, a “natureza” do trabalho feminino.

Excluída da possibilidade de estabelecer contratos e de movimentar o dinheiro do marido, as funções femininas são reduzidas apenas à criação do necessário à subsistência do núcleo familiar. A casa não será apenas o lugar onde ela desenvolve seu trabalho, mas será também o espaço moral. Conforme Vecchio, trata-se de um:

*Espaço altamente simbólico, (...) estar em casa para a mulher casada como para a mulher virgem, quer dizer estar ao abrigo dos perigos, mas também manifestar aquelas virtudes mais aptas para tranqüilizar o marido: fidelidade, continência, vergonha. Ao mesmo tempo, para a mulher casada, a casa é também um espaço a custodiar; a esposa incapaz de gerir e necessitada de custódia e de orientação moral do marido torna-se quase contraditoriamente, a responsável pelo comportamento de toda a família.*²⁹

Roger Chartier³⁰ aponta as representações sociais como formadoras de entendimento do mundo que, adotadas pelos indivíduos e grupos, lhes conferem uma dada identidade. Através das representações coletivas é possível entender como, dentro de uma sociedade, se

nítida, manifestando-se no entendimento coletivo como uma “ajuda” ao marido.

²⁸ O discurso filosófico argumentava que a “natureza” do trabalho feminino estava relacionada ao corpo físico da mulher, sua menstruação, seu útero e sua capacidade para a reprodução eram características que a excluíram da lei, do governo, da guerra e também da religião. A persistência dessas crenças denegriu aqueles processos biológicos exclusivos das mulheres, justificando sua inferioridade. A anatomia e o estudo dos corpos afirmavam a diferença sexual como necessária e imutável, hierarquizando os sexos. Foi nesses espaços da arte, da retórica, que se constituiu a hierarquização, e onde o olhar masculino sobre os corpos ditou – pelo poder das representações – suas funções. HUNT, Lynn. *Revolução Francesa e vida privada*. In: ARIÈS, Philippe e DUBY, Georges. *História da vida privada: da revolução Francesa à 1ª Guerra*. Vol. 4. Cia das Letras, São Paulo, 1997, p. 50. Também: ARISTÓTELES. *Metafísica*. Loyola, São Paulo, 2001, Volume II A 32/3 983.31 a 32, p. 15. (Tradução de Giovanni Reale)

²⁹ VECCHIO, Silvana. “A boa esposa”. In: DUBY, Georges; PERROT, Michele. *História das mulheres. A Idade Média*. Vol 2. Edições Afrontamento, Porto, 1990, p. 170.

³⁰ CHARTIER, Roger. *A história cultural. Entre práticas e representações*. DIFEL/Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1990.

constituem diferentes leituras do mundo; como essas leituras representam e incorporam socialmente os diferentes grupos; e, assim, legitimam e reproduzem relações sociais.

As mulheres do campo mantiveram-se fiéis à fé e a esses papéis a elas destinados desde há muito tempo. No início do século XX, as mulheres camponesas continuaram indo à Igreja e tomavam parte no ritual porque o Cristianismo parecia conceder um valor, um significado espiritual às suas condições de vida.

Bonnie Anderson e Judith Zinsser observam, em um texto de orações de 1946, que se reporta às obrigações da esposa quando, no confessionário, devia examinar as premissas delegadas pela Igreja: *1. Estimar su esposo; 2. Respetarlo como tú director; 3. Obedecerle como un superior; 4. Responderle con humildad; 5. Ayudarte con diligência.*³¹

Na sociedade camponesa, o desvio feminino desse ideal de comportamento outorgava ao marido o dever de castigá-la. No decorrer da História, a maioria das mulheres camponesas aceitou as circunstâncias, as atitudes, impostas pela força das representações, internalizando no inconsciente coletivo como papéis naturais, dispensando a reflexão e produzindo, assim, legitimidade social. O poder simbólico do patriarcalismo de dizer e fazer crer sobre o mundo feminino teve o controle da vida social e expressou sua supremacia, estabelecendo valores e normas aos papéis sociais das mulheres.

No reduto do lar, as mulheres camponesas trataram de adaptar-se e acomodar-se, numa relação de subordinação ao homem: “O casamento como mecanismo de ordenamento social, e a família, como palco para uma revolução silenciosa de comportamento, fechavam-se em torno da mulher, impondo-lhe apenas e lentamente o papel de mãe devotada e recolhida”,³² o que podemos constatar ainda na atualidade, pelo seguinte depoimento: *Nunca tive vez de dar uma opinião no casamento, nunca via dinheiro (...) Ele dizia que não era assunto para*

³¹ ANDERSON, Bonnie; ZINSSER, Judith. “Mujeres campesinas. Sosteniendo a las generaciones”. In: *História de las mujeres. Una história própria*. Vol I. Instituto de Investigaciones Feministas / Crítica, Madrid, 2000, p.174.

*mulher (...); acho que ele pensava que só serviço era assunto de mulher (...).*³³

A depoente expressa toda uma prática social incorporada pelas mulheres, como resultado das representações construídas historicamente pelo discurso religioso, presente no meio rural. O que fica aí explicitada é a força das representações sociais na construção de identidades e, conseqüentemente, na definição dos papéis dos indivíduos na sociedade.

O patriarcalismo constrói leituras particulares do mundo, concebendo, para si e para os outros, identidades que atendam a seus interesses. Para reforçar essa afirmação, Chartier aponta a relação entre representação, identidade social e mundo material quando:

*Pensa a construção das identidades sociais como resultado de uma relação de força entre representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear e a definição, de aceitação ou resistência, que cada comunidade produz de si mesma.*³⁴

Ou como afirma Baczko:

*O imaginário social informa acerca da realidade, ao mesmo tempo que constitui um apelo à ação, um apelo a comportar-se de determinada maneira. Esquema de interpretação, mas também de valorização, o dispositivo imaginário suscita a adesão a um sistema de valores e intervém eficazmente nos processos da sua interiorização pelos indivíduos, modelando os comportamentos, capturando as energias e, em casos de necessidade, arrastando os indivíduos para uma ação comum.*³⁵

É assim que, com os papéis de mãe e educadora, se consolida o discurso da “natureza feminina”: frágil, emotiva, dependente, instintivamente maternal e sexualmente passiva, instalando-se o “papel feminino” de esposa e mãe centrado no espaço doméstico.

Reforça-se, assim, um mundo feminino, privado, da casa, que se coloca como oposto ao

³² PRIORE, Mary Del. *Ao sul do corpo. Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia*. José Olympio, Rio de Janeiro, 1993, p. 133.

³³ “Depoimento de E. B, 52 anos, comunidade de Rincão dos Dambrós, Catuípe: agosto de 1999”. In: TEDESCHI, Losandro Antonio. Opt. cit.

³⁴ CHARTIER, Roger. Opt. Cit. p, 183.

³⁵ BACZKO, Bronislaw. “Imaginação social”. In: *Enciclopédia Eunaldi*, Vol 5. Antropos, 1982, p. 411.

mundo público, da rua, tornando-se na vida social um mundo exclusivamente masculino. Nesse novo contexto, em que as novas relações de trabalho se afirmavam, excluiu-se a mulher do espaço público.

*Elas passaram a ser definidas socialmente segundo os requisitos de um mundo público ao qual não tinham acesso, porque seu lugar era numa esfera privada definida pelos princípios particularistas e hierárquicos das relações atribuídas com certos homens, como filhas e esposas, e não numa esfera pública definida pelos princípios universalistas e igualitários do mercado e, mais tarde, da cidadania.*³⁶

As mulheres, portanto, donas de casa, passam a ser, além de mães e educadoras, trabalhadoras que demorarão a conhecer os benefícios que aos poucos a sociedade capitalista nascente vai outorgando a outros trabalhadores: salário, descanso, férias, limite de jornada, a não ser de forma indireta, através de quem dependem. Além disso, o trabalho doméstico isola as mulheres no âmbito da unidade familiar, onde realiza sua tarefa de forma individual, sem integração com outras pessoas, afastando-se, assim, cada vez mais, do mundo público. Elas passam a ser e viver para os outros e não para si mesmas, sua afirmação pessoal consiste precisamente em negar-se como sujeito autônomo, livre.³⁷

É nesse sentido que podemos afirmar que os mecanismos de naturalização da desigualdade entre os gêneros na sociedade camponesa se inscrevem em um processo mais amplo de naturalização, referente à divisão do mundo público e privado. Estes espaços passam a operar mediante as racionalidades opostas, produzindo uma divisão da sociedade em duas modalidades sociais, regidas por pensamentos diferentes, a partir das quais seus espaços, produções e atores ficam enredados em uma lógica que subordina uma racionalidade à outra, um espaço ao outro.

³⁶ VAITSMAN, Jeni. *Flexíveis e plurais. Identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rocco, Rio de Janeiro, 1994, p. 30.

³⁷ HAHNER, June Edith. *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil (1850 –*

Desta forma, o discurso da “natureza” feminina, os mitos da maternidade, bem como da mulher educadora, o discurso heróico do amor materno vão trabalhar eficazmente na produção de um imaginário social que garantirá à mulher camponesa a permanência no espaço do lar, definindo-a como um “ser para os outros”.

Uma das raízes desses papéis está ancorado na formação da célula patriarcal brasileira centrada na figura do “pater” encarregada de toda a funcionalidade da vida colonial, desde a produção, a justiça, a defesa, o poder sobre os escravos, a reprodução dos costumes... Tudo isso, de uma certa maneira, legitimado pelo Estado.

O patriarcalismo na vida rural brasileira foi responsável pela continuidade do estereótipo das representações sobre o feminino que, na Europa, a cultura familiar tinha na época. No Brasil Colônia, por exemplo, o comportamento da mulher variava conforme a classe social ou o grupo étnico. As mulheres indígenas, negras e mestiças trabalhavam arduamente, e nas classes mais elitizadas “nem todas as mulheres eram confinadas à esfera privada do lar e excluídas da esfera pública, entregue aos homens, como nos casos da viúvas que até administravam fazendas”.³⁸

Para Mary Del Priore: *o casamento como mecanismo de ordenamento social, e a família, como palco para uma revolução silenciosa de comportamento, fechavam-se em torno da mulher, impondo-lhe apenas e lentamente o papel de mãe devotada e recolhida.*³⁹

Dessa forma, o patriarcalismo se afirma num instrumento de controle social sobre a família em território colonial, exercido pelo Estado e pela Igreja, estes agindo mutuamente sob o imaginário social do período.

Encarada por este prisma, a família pode ser vista como uma das instâncias de controle da população, visto que:

1940). Ed. Mulheres – EDUNISC, Florianópolis, 2003, pp. 238-240.

³⁸ PRIORE, Mary Del. Opt.Cit. p. 43.

³⁹ *Ibíd.* P. 133.

*Muito pouco na colônia se referia ao indivíduo como pessoa isolada, é pela e para a família que todos os aspectos da vida cotidiana, pública ou privada, se originam ou convergem. Podemos ir mais além e afirmar que a família confere ao indivíduo estabilidade ou movimento, influenciando no status e na classificação social.*⁴⁰

O que se reproduz, no Brasil, pela estrutura familiar, são práticas sociais ancoradas nas representações sobre a maternidade e a domesticidade. A estrutura familiar camponesa brasileira não pode ser imaginada sem a figura da mãe protetora, acolhedora, dócil, que está sempre pronta para o refúgio dos filhos; reproduzindo, assim, a figura feminina criada pela moral católica.

Assim, a imagem da mulher veiculada pela Igreja será o fator determinante para a implantação dos modelos de representação e de identidade feminina a serem seguidos pelas mulheres. São construções sociais, em que a religião assume um papel particularmente importante, devido ao seu poder de dar sentido à vida. Por isso, sua ação foi fundamental na perpetuação de desigualdades associadas ao gênero e *a par de um discurso histórico factual, foi-se desenvolvendo uma argumentação teológica de suporte deste processo.*⁴¹

O mundo camponês no Brasil, em meados do século XIX, foi marcado intensamente por um novo fator: a vinda do emigrante, que se estendeu até o início do século XX. Pretendendo trazer pequenos proprietários, com vistas a povoar regiões do Sudeste e Sul do país, através das companhias colonizadoras, o Estado passa a estimular e apoiar políticas de incentivo à imigração, porém, mantendo a política fundiária caracterizada pela grande propriedade e pela monocultura de exportação.

É importante salientar que os primeiros núcleos coloniais de imigrantes que chegam ao Brasil irão reproduzir as representações sobre os papéis da mulher, presentes no imaginário

⁴⁰ FARIA, Sheila de Castro. “História da Família e Demografia Histórica”. In: CARDOSO & VAINFAS (Orgs.). *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia*. Campus, Rio de Janeiro, 1997, p. 21.

⁴¹ KRISTEVA, Julia; CLEMENT, Catherine: Op.Cit. p. 29.

européu, caracterizadas pela atuação no interior da casa, junto aos seus filhos e dependentes.

A legitimidade dessa ligação com a casa, com o espaço doméstico, estava relacionada às leis seculares moralísticas,⁴² que mantinham os papéis femininos ligados ao marido, com funções de zelo pelo patrimônio doméstico, de organização da produção econômica da casa. Essas atribuições, construídas pelo imaginário social,⁴³ levaram à funcionalidade do espaço doméstico como suporte de infra-estrutura para o funcionamento do sistema econômico de todas as propriedades no Brasil.

A mulher camponesa, juntamente com o marido, desenvolve a tarefa de colonizar áreas inóspitas e produzir para o consumo, assumindo uma responsabilidade imensa: solteiras ou casadas, com filhos menores ou não, foram sobrecarregadas com a tarefa de prover os velhos, organizar o trabalho doméstico e manter a coesão familiar.⁴⁴

O casamento, tanto no aspecto das famílias camponesas, quanto no das relações do mundo urbano no Brasil, será a forma da conduta “decente” para os promotores da moral e da nova ordem. Porém, o clima de mudanças, que ocorre no final do século XIX, com a industrialização, a formação de pequenas cidades no interior, resultante da imigração, passará a colocar em xeque as velhas regras e as normas morais de condutas dos sexos.

⁴² É necessário entender o modo como a mulher se percebe e é percebida nos nossos dias como o resultado de um *continuum histórico* em que as concepções tradicionais do feminino continuam a ter influência capital na sociedade contemporânea. Dentre essas concepções, destacam-se os modelos e padrões do feminino veiculados pelos documentos oficiais da Igreja Católica e pela exegese bíblica, que fornecem protótipos de comportamento destinados às mulheres e à sociedade em geral. Uma leitura dos mecanismos de recepção das representações do feminino veiculadas pela moral cristã poderia levar-nos a refletir apenas sobre o modo como se determinam as práticas sociais perpetuadoras da dominação masculina, negligenciando a importância da autopercepção feminina e da incorporação de estruturas inconscientes como disciplinadoras do lugar social da mulher. Neste âmbito, o aprofundamento da dominação masculina tem sido destacado por Bourdieu: *Nós incorporamos, sob a forma de esquemas inconscientes de percepção e de avaliação, as estruturas históricas da ordem masculina*. BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1999, p.11. Esse capital simbólico da religião sobre o feminino ainda possui uma influência determinante e pode ser visualizado entre o público feminino do meio rural, no qual os papéis formulados pela religião e o patriarcado determinam, em pleno século XXI, a identidade feminina. TEDESCHI, Losandro. *Do silêncio à palavra: Construções e perspectivas em gênero no Noroeste do Rio Grande do Sul. São Leopoldo*: Dissertação de Mestrado, Unisinos, 2001.

⁴³ É no campo do imaginário social que a sociedade informa aos sujeitos históricos os seus papéis incorporando ou excluindo indivíduos ou grupos. Podemos, assim, considerar que dentro desse campo simbólico, são travados combates pela legitimação de representações que justificam uma dada ordem social. PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. Autêntica, Belo Horizonte 2005, p. 47.

⁴⁴ FAVARO, Eulalia Cleci. *Imagens femininas: contradições, ambivalências, violências*. Tese de doutoramento.

Diante de questões “perigosas”, geradas pela influência do ambiente urbano, o lar e a família, então, passam a ser palco dos discursos da moral cristã:

*A esposa, a boa dona de casa, sabe perfeitamente quais os gostos do marido, seus pratos preferidos e a maneira pela qual os quer arranjados. Ela sabe tudo: o lugar que o marido mais gosta de estar, a cadeira escolhida, o descanso para os pés (...) Quando o marido lê não o interrompe, nem deixa perturbá-lo sem motivo. Mas se ele lhe fala do que a leitura sugere, a esposa mostra-se interessada - ou procura interessar-se pelo assunto – porque em tudo quer ser agradável ao marido, e isso lhe agrada sem dúvida. Tudo isso, são pequeninos nada. Pois esses pequeninos nada é que têm a maior importância na vida.*⁴⁵

Regras passam, desse modo, a normatizar o perfil da família brasileira em construção. A mulher deveria, nesse sistema, ser o ajuste e o espaço das concessões para preservar a pureza e a submissão, combinadas com as novas expectativas da sociedade burguesa capitalista em ascensão, e gerenciar eficientemente o lar.

Inserido na estrutura patriarcal, o papel da mulher camponesa foi visto como o de dependência e de submissão em relação ao homem. Dados censitários da década de 1950 mostram que a escolaridade feminina, no meio rural no Rio Grande do Sul, mesmo sendo superior à masculina, não modificava os papéis sociais entre os gêneros, fato que se confirma em pesquisa aplicada em regiões deste estado naquele período,⁴⁶ revelando que cabia ao homem a chefia da família, sendo por ele tomadas as decisões mais importantes.

É pertinente salientar que, na coleta de depoimentos,⁴⁷ constatou-se que, na vida de um

Pontifícia Universidade Católica – PUC, Porto Alegre, 1995.

⁴⁵ MALUF, Marina; MOTT, Lúcia Maria. “Recônditos do mundo feminino. O menu do meu marido, 1920”. In: NOVAIS, A. Fernando; SEVECENKO, Nicolau (Orgs.). *História da vida privada no Brasil. República da belle époque à era do rádio*, Vol III. Companhia das Letras, São Paulo, 1998, p. 389.

⁴⁶SZMRECSÁNYI, Tamás, e QUEDA, Oriowaldo. *Vida rural e mudança social*. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1973, p.76.

casal com um período de vida conjugal maior que 40 anos, predominavam representações sobre a importância econômica do trabalho masculino e, por sua vez, o consentimento feminino dessa valorização. Porém, a desigualdade entre os sexos acerca do trabalho na unidade familiar não era sentida pelas mulheres, conforme denota-se deste depoimento:

*Tinha que ir para a roça igual ao marido, trabalhar no duro, e depois fazer tudo em casa, não tinha ajuda de ninguém, mas gostava de trabalhar assim, levava as crianças junto na roça, era sofrido mas era divertido no fundo, quando precisava a gente até carpir por dia nos vizinhos, e eu ia junto (...) e depois que o meu marido me deixou, eu tive que trabalhar sozinha, as crianças eram pequenas, eu tinha que fazer tudo sozinha, e não me arrependo.*⁴⁸

O não-reconhecimento da dupla jornada do trabalho feminino na roça se manifesta por um conjunto de representações sociais que estabelecem esse discurso como legítimo, fazendo com que, em sua imensa maioria, as mulheres acabem interiorizando e incorporando, por meio de um processo sutil, o “consentimento”, estabelecendo, assim, a cumplicidade com o poder masculino.

*O social produz-se através de uma rede de sentidos, de marcas de referências simbólicas por meio dos quais os homens comunicam, se dotam de uma identidade coletiva e designam as suas relações com as instituições políticas. A vida social é produtora de valores e normas e, ao mesmo tempo, de sistemas de representações que os fixam e traduzem.*⁴⁹

O significado do que é trabalho legítima e dá sentido à divisão de tarefas por sexo, aprofundando a oposição entre masculino e feminino.

Embora as atividades que se realizam no roçado sejam consideradas trabalho por

⁴⁷ TEDESCHI, Antônio Losandro. *Mulheres camponesas da região noroeste do Rio Grande do Sul: identidades e representações sociais (1970 – 1990)*. Tese de doutoramento. UNISINOS, São Leopoldo, 2007.

⁴⁸ *Depoimento de E. P.*, 56 anos, Augusto Pestana/RS, setembro de 1999. In: TEDESCHI, Losandro Antonio. *Do*

*oposição às atividades próprias da casa, dentro das atividades agrícolas há algumas tarefas que são especificamente femininas, tais como a semeadura ou a limpeza da horta, tarefas estas, realizadas pelas mulheres perdem o caráter de trabalho e passam a ser denominadas de ajuda.*⁵⁰

Esta se constituiu em uma das formas de excluir as mulheres do espaço público, desqualificando sua força de trabalho, atribuindo-lhes um significado secundário, inibindo sua presença na esfera extradoméstica. Essa desqualificação trazia uma conotação de inferioridade e segregação social, cultural e econômica, sugerindo que, de certa forma, as mulheres agricultoras não possuíam condições de realizar trabalho produtivo, o que não é verdade, dada a intensa atividade econômica exercida pelas mulheres, muitas vezes, provedoras da renda familiar.

As identidades e os papéis sociais no mundo camponês e, também, em outros espaços, ocorrem em um contexto de relações de poder, de negociações culturais entre os vários atores sociais com expectativas e identidades diferentes, reproduzindo práticas culturais baseadas em princípios de desigualdade de gênero.

O lugar socialmente destinado às mulheres camponesas continua sendo a família: é na privacidade do lar que, prioritariamente, elas encontram a realização pessoal. E a maternidade, hoje aparentemente opcional, constitui ainda o componente central, definidor da identidade feminina. Condicionada, desde a infância, para os seus tradicionais papéis, todo o seu desenvolvimento é norteado por esse condicionamento, mesmo que ela nunca chegue a ser mãe ou que opte por sair do campo e morar na cidade, como é o caso do grande número das filhas das agricultoras.

As dimensões sociais e culturais que envolvem as mulheres camponesas na atualidade

silêncio à palavra ... Opt. Cit. 2002. p. 78.

⁴⁹ BACZKO. Opt. Cit. p. 303.

⁵⁰ HEREDIA, Beatriz. *O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas na América Latina*. In:

são árvores que brotam de raízes seculares. Ao longo dos séculos, essas raízes têm sido regadas com diferentes arranjos visando manter uma certa organização em prol do poder vigente. A literatura, as fontes documentais dão testemunho disso.

As representações socioculturais a respeito da maternidade e dos papéis de dona-de-casa são a forma como o imaginário social configura determinados aspectos da realidade das mulheres, a ponto de que muitas dessas crenças que cercam os tradicionais papéis femininos – servir, cuidar e nutrir – tem se transformado numa verdade imutável. Muitas vezes, as mulheres agricultoras omitem seu próprio cotidiano e suas histórias pessoais e até deslocam para um segundo plano seus interesses individuais, pela necessidade de reproduzir ou ajustar-se às identidades construídas pelas representações sociais.

3. (IN) CONCLUSÕES

O que podemos verificar, portanto, é que nada autoriza a afirmação de que a mulher camponesa é uma categoria definida por uma série de atributos; e o mesmo vale para os homens. As mobilizações sociais em que as mulheres desempenham um papel central não visam substituir a dominação masculina por uma dominação feminina, mas tampouco fazer triunfar o espírito de consumo no qual todas as relações de dominação se dissolveriam.

As mulheres exercem micropoderes nas práticas sociais, individuais e nas formas de resistência no cotidiano. Neste sentido, ocorrem algumas rupturas com as estruturas estabelecidas e em casos extremos elas chegam mesmo a abandonar a agricultura pelo urbano. Outro poder bem subjetivo das mulheres diz respeito à capacidade de articulação das atividades relacionadas à reprodução e, de certa forma, à produção. De forma quase silenciosa, elas articulam estes espaços e a administração dos conflitos familiares.

As mulheres camponesas, embora enfraquecidas por uma situação de dependência, são as principais agentes da manutenção da vida na comunidade rural. Existe uma realidade evidente que ninguém contesta: sim, os homens têm o poder e o dinheiro, mas as mulheres já têm o sentido das situações vividas e a capacidade de formulá-las. Já é muito mais fácil fazer as mulheres falarem das mulheres do que os homens falarem dos homens. As mulheres rurais, constituídas e definidas por sua inferioridade, procuram não inverter as relações de poder no mundo rural, mas “ultrapassá-las”, de maneira a fazer desaparecer a lógica que determinava sua inferiorização.

As mulheres, todavia, sempre influenciaram na esfera pública –culturalmente masculina– através dos mecanismos de poder informais criados a partir de suas potencialidades. Por outro lado, o engajamento efetivo das mulheres na esfera pública produtiva contribuiu para minimizar sua situação de pobreza observada no desenvolvimento humano, embora disputem das mesmas oportunidades e escolhas dos homens, e da mesma valorização.

As mulheres rurais de hoje pensam cada vez menos em termos históricos sobretudo após o processo de mobilização que as levou aos direitos sociais. A superação da polarização levadas não a rejeitar, mas a interpretar seu confinamento no âmbito “privado”. Sem dúvida, elas trabalham e, salvo casos particulares, com o recurso do salário maternidade, conservam e querem conservar a superioridade que lhes é conferida pelo poder de dar à luz. A família, para a mulher rural, é uma fonte de poder, e é muito raro que o pai tenha uma relação tão profícua com ela.

O que significa que a aceitação pelas mulheres camponesas de determinados cânones não significa apenas vergarem-se a uma submissão alienante, mas, igualmente, construir um recurso que lhes permitam deslocar ou subverter a relação de dominação, como próprio Chartier (1990) nos afirma. As fissuras à dominação masculina não assumem, via de regra, a

forma de rupturas radicais, nem se expressam sempre num discurso de recusa ou rejeição. Definir os poderes femininos permitidos por uma situação de sujeição e de inferioridade significa entendê-los como uma reapropriação e um desvio dos instrumentos simbólicos que instituem a dominação masculina, contra as próprias formas de dominação.

São as mulheres camponesas que conduzem e sustentam as transformações culturais atuais no mundo rural. Já as mulheres, quando se tornam dominantes, afirmam a própria superioridade por sua complexidade, por sua capacidade de resolver diversas tarefas ao mesmo tempo. As evidências caminham no sentido do estabelecimento da construção de um poder compartilhado de papéis sociais diferentes no meio rural, e espero que este estudo possa trazer contribuições para todos aqueles que realmente desejam a transformação das relações de gênero e poder em vista de uma valorização da diferença.